

# As “temporalidades” da Política no Maranhão

*Zulene Muniz Barbosa\**

Resumo:

Neste artigo, analiso as “temporalidades da política” no Maranhão, demarcando a dominação política do grupo Sarney na condução da política regional e local. Destaco também os pontos de ruptura e as linhas de continuidade entre, por um lado, o projeto do “Maranhão Novo” e “Novo tempo” e, por outro, as lutas sociais que se desenvolveram no Estado em prol de um outro projeto político.

As temporalidades da política no Maranhão estão intrinsecamente associadas ao grupo Sarney e seu projeto de dominação na política regional e local, vinculado ao discurso de modernização econômica desde 1965. A base ideológica desse projeto foi construída sob o mito do passado de um Maranhão de prosperidade.

“José Sarney, na aparente ruptura com o estado dinástico, reabilita-se como agente desse mesmo estado dinástico no campo do poder político ao construir uma trajetória em que o aparato burocrático e as relações de poder transgridem o estado burocrático, voltando-se, por força das marcas pessoais do agente, a recompor as práticas dinásticas na cena política do Maranhão (Gonçalves, 2000: 140).

Em que pesem os diferentes contextos, os sucessivos governos estaduais (sob a influência direta ou indireta de José Sarney), movimentaram um forte esquema institucional e político que privilegiou a associação entre o Estado e o capital privado, exibida como essencial para ruptura com o “atraso” e o ingresso definitivo do Maranhão na chamada modernidade capitalista.

Apesar da implantação das chamadas políticas de integração regional, as condições de vida da maioria da população são de pobreza absoluta e

---

\* Professora da Universidade Estadual do Maranhão, doutora em Ciência Sociais pela PUC-SP e membro do NEILS.

contrastam com o discurso oficial. Se tomarmos como referência os dados da Fundação Getúlio Vargas, o Estado do Maranhão se destaca por apresentar os piores indicadores sociais, com cerca de 62,4% da sua população vivendo abaixo da linha de pobreza. Tal realidade é o oposto do que apresenta o discurso do “Maranhão Novo”, adotado pelo governo de José Sarney (1965), e o do “Novo Tempo”, de Roseana Sarney (1994 e 1998). O traço de continuidade entre estes dois tempos da política no Maranhão é a imagem do “moderno” e do “novo” que aparecem em contraposição ao “atraso”.

O discurso do “Maranhão Novo” atualiza-se no “Novo Tempo” do Maranhão, expressando a linha de continuidade de um mesmo projeto político. O “Novo Tempo” responderia a um novo patamar de “modernidade” conservando, no entanto, as bases da alardeada por José Sarney. Assim, “se o patriarca construiu os alicerces do edifício da “modernidade”, sua herdeira é responsável pelo prosseguimento da obra “regeneradora” rumo a uma nova “idade de ouro” no Maranhão” (Cabral, 1998).

É no interior destes parâmetros que a oligarquia Sarney, desempenhando importante papel no processo de expansão do capitalismo no Maranhão, permanece gerindo a política de modernização econômica do espaço regional e local.<sup>1</sup> Ressalte-se, porém, que, nesta trajetória que já dura aproximadamente 35 anos, não faltaram lutas e movimentos sociais por um outro projeto político.

### **O Tempo do “Maranhão Novo”**

A liderança de José Sarney foi, num primeiro momento, associada ao domínio político de Victorino Freire, chefe oligárquico que controlou a política maranhense entre 1946 e 1965. Membro da chamada geração 50, Sarney tornou-se o candidato das oposições coligadas pela UDN (partido que, mais tarde, deu sustentação ao movimento militar de 1964), combatendo o vitorinismo.

Personalizando o projeto de um “Maranhão Novo”, José Sarney iniciou sua trajetória no comando da política maranhense. Cabe ressaltar que sua ascensão se deu na mesma medida em que os militares também assumiam o controle do aparelho de Estado brasileiro (Caldeira, 1978). Tratava-se, para José Sarney, de superar (na verdade, recompor), no campo político, o que denominara “atraso” e decadência. Nesse sentido, foi ágil na criação de uma infra-estrutura jurídico-política que possibilitasse o estreitamento dos laços

---

<sup>1</sup> O projeto chamado “*Maranhão Novo*” tem sua autoria principal atribuída a José Sarney, que foi Deputado federal (1955/1966), Governador de Estado (1966/1970), senador da República (1970/1985; 1991) e presidente da República (1985/ 1990).

com o capital monopolista. Apresentou as mudanças efetuadas no aparelho estatal como superação do atraso por meio da criação de novos dispositivos político-institucionais que, sob a égide da racionalidade burocrática, propiciassem a imediata ruptura com o passado.

O corte simbólico entre o passado e o presente seria a marca que o diferenciaria da era vitorinista, identificada com o “velho” e com o “arcaico” da política maranhense. Articulando-se ao movimento de expansão do capitalismo monopolista no Brasil, sob a égide dos militares, o governo Sarney (1966- 1970) adotou uma política desenvolvimentista, materializada na aliança Estado-capital privado e na subordinação da máquina estatal aos interesses da acumulação capitalista, sem prejuízo da forte presença oligárquica.

José Sarney revelou grande competência para tirar proveito das diversas conjunturas, seja nos momentos em que prevaleceram os ciclos de ditaduras militares, seja nos de adaptação às exigências de um regime liberal-democrático. Mas, apesar do traço de continuidade entre o tempo do “Maranhão Novo” e o “Novo Tempo”, é possível, também distinguir elementos de descontinuidade, tomando como referência justamente os dois contextos. É o que procuraremos evidenciar a seguir.

Na vigência do regime militar, o Maranhão vive o período autodenominado de "Maranhão Novo". O "moderno" aparece como sinônimo de um aparelho burocrático racional e de uma nova ordem político-administrativa voltada para a construção de um projeto para o estado. Esta política do desenvolvimentismo teve o seu ponto alto com a criação da SUDEMA (Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão), que se constituiu no espaço de convergência das várias ações do governo (configurada numa infra-estrutura moderna de transportes, construção do porto e modernização conservadora de uma estrutura fundiária, todo este pacote apresentado como condição do desenvolvimento do Estado).

Data desse período a chamada “lei da terra”, instituída entre 1966 e 1970 pelo governo Sarney e promulgada pelo seu sucessor, Pedro Neiva de Santana. Criou-se um mercado de terras, responsável por um conjunto de transformações das relações sociais no campo. A frente de expansão foi acompanhada pela intensificação da “grilagem” (uso privado de terras devolutas), seguida da instalação de grandes grupos agro-industriais privados nacionais e internacionais.

É importante destacar que a consolidação do projeto político de José Sarney foi marcada por intensos conflitos entre a oligarquia decadente (o vitorinismo) e a oligarquia ascendente (sarneísmo). Esses conflitos passaram, sobretudo, os governos de Pedro Neiva de Santana (1970-1974) e Nunes Freires (1975-1978), que fora nomeado por influência direta de

Victorino Freire junto ao general Geisel. Esse fato indicava uma crise intra-oligárquica, com as frações vitorinistas e sarneistas disputando o comando político do estado.

Com a implantação do bipartidarismo e a formação de um partido do governo – ARENA (Aliança Renovadora Nacional) – e um partido de oposição (consentida) – MDB (Movimento Democrático Brasileiro), ocorre uma nova configuração das forças políticas no Maranhão. Esta foi transformada “num verdadeiro ‘balaio de gatos’, na medida em que congregou, no mesmo partido, o grupo Sarney, o grupo vitorinista e outros ligados ao PSP, sob a direção do Clodomir Milet” (Cabral, 1997).

O MDB (Movimento Democrático Brasileiro), com pouca penetração junto ao eleitorado maranhense, (com exceção de São Luís, onde o partido conseguiu obter expressivos resultados eleitorais), foi controlado por setores ligado ao vitorinismo (Renato Archer e Cid Carvalho). Entretanto, com a cassação dos seus mandatos, o MDB passou a contar com a presença de duas lideranças ascendentes: Freitas Diniz e Eptácio Cafeteira (que inclusive se elegeu prefeito de São Luís com forte apoio popular ainda na vigência do regime ditatorial).

1978 foi uma conjuntura de forte reorganização das esquerdas no Brasil. No Maranhão, surgiram lideranças como Haroldo Sabóia, Ananias Neto e Aldionor Salgado (“Oposição pra Valer”), bem como o PDT de Jackson Lago, aos quais se somavam setores da esquerda ligada à Igreja Católica facções saídas da clandestinidade. Contudo, o crescimento das esquerdas e dos movimentos sociais no Maranhão não impediu a vitória do grupo Sarney, que se afirmava na condução da política maranhense.

A partir da nomeação de João Castelo, Sarney passa a influenciar (direta ou indiretamente) o processo sucessório no Estado: Luís Rocha; (1983-1986); Eptácio Cafeteira (1987-1990); Edison Lobão (1991-1994) e Roseana Sarney (1994-1998)<sup>2</sup>. Estes governos estiveram longe de abrir mão de métodos e práticas eleitorais clientelistas<sup>3</sup>.

A crise prolongada do regime abriu caminho para a chamada política de distensão lenta e gradual e, em seguida, a “abertura”. Foi posto em prática um

---

<sup>2</sup> É importante ressaltar que todos eles estiveram direta ou indiretamente vinculados ao grupo Sarney. Para uma análise mais detalhada sobre a oligarquia Sarney no Maranhão, ler o artigo de Wagner Cabral, “Do ‘Maranhão Novo’ ao ‘Novo Tempo’: a trajetória da Oligarquia Sarney no Maranhão” (1997).

<sup>3</sup> O que não evitou acidentes de percurso. Em 1982, por meio de diversas formas de casuísmo, inclusive o do voto vinculado, a oligarquia Sarney elegeu Luís Rocha para governador, João Castelo parra o Senado e a maioria de deputados estaduais e federais. Mais tarde, fortalecido, João Castelo rompeu com Sarney e lançou a candidatura amplamente vitoriosa de Gardênia Gonçalves (PDS) para a prefeitura de São Luís.

conjunto de medidas institucionais e políticas: a anistia com a volta dos exilados políticos, a reforma partidária e o restabelecimento do pluripartidarismo. Embora o objetivo do regime fosse enfraquecer as oposições até então organizada em torno do MDB, esta reforma criou as condições para a emergência de vários partidos, desde o PDS (remanescente da Arena) ao PT, passando pelo PMDB, o efêmero PP (Tancredo Neves), o PTB e o PDT (remanescentes à direita e à esquerda do antigo PTB) e, algo imprevisto para os “donos do poder”, o PT. Neste longo e complexo processo de redemocratização, se restabeleceram as eleições diretas para governadores, os partidos comunistas foram legalizados e foi convocada uma Assembléia Nacional Constituinte.

Neste processo de redemocratização, a derrota da emenda *Dante de Oliveira* (1984), que propunha as *diretas já*, abriu espaço para “uma transição transada, que tratou de incorporar as aspirações democrática das classes populares e, ao mesmo tempo, redefina-las, conferindo-lhes um sentido nitidamente burguês” (Almeida, 1997) .

A Aliança Democrática (PFL/PMDB), articulação conduzida pela forças liberais burguesas levou à vitória da chapa Tancredo- Sarney, no Colégio Eleitoral, por uma ampla maioria de parlamentares . Em 21 de abril de 1985, gravemente doente, Tancredo, morreu no Instituto do Coração e José Sarney assumiu a Presidência da República. Na busca da chamada governabilidade José Sarney lançou o Plano Cruzado, que embora não implementasse uma política contrária ao grande capital e ao imperialismo, angariou, por um curto período, popularidade suficiente para eleger um esmagador número de governadores e parlamentares ligados ao governo.

Esta efêmera popularidade do Plano Cruzado foi suficiente para reativar a Aliança Democrática (PFL, PMDB, PTB) no Maranhão, em torno da candidatura de Epitácio Cafeteira (adversário histórico de Sarney) à sucessão estadual<sup>4</sup>. O resultado foi a expressiva vitória de Cafeteira, com cerca de 80% dos votos válidos. Nessa avalanche, o grupo Sarney elegeu para o senado federal Edison Lobão e Alexandre Costa (PFL), mas, como vimos, teve de enfrentar, ao mesmo tempo a dissidência de João Castelo, que buscou uma atuação independente, elegendando Gardênia Gonçalves para a prefeitura de São Luís (1985).

Nas eleições de 1986, concorrendo pelas chamadas oposições coligadas, João Castelo obteve, na disputa com Cafeteira, apenas 16% dos votos e o PT, com a candidatura de Delta Martins, apenas 2,5 dos votos válidos. No entanto, esta foi uma eleição que se destacou, pelo crescimento do PDT em São Luís.

---

<sup>4</sup> A candidatura de Epitácio Cafeteira também contou com o apoio de setores da esquerda (PSB, PMDB, PDT).

Em 1990, a disputa pelo governo do Estado foi polarizada entre os candidatos Edison Lobão (Coligação Maranhão do Povo: PFL/ PSC/PTB), João Castelo (Coligação Maranhão Livre: PSD/ PMDB/ PL/ PRN/ PSD/ PSDB). A opção à esquerda foi a candidatura de Conceição Andrade (PSB, PDT, PT e PC do B, PC), numa disputa que só foi decidida no segundo turno com a vitória de Lobão.

Nesse contexto, os altos índices de impopularidade de José Sarney (principalmente após a sua saída do Palácio do Planalto) concorreram para o baixo desempenho eleitoral dos partidos que compunham a sua base de sustentação no Maranhão. Cabe ressaltar que os partidos de esquerda (PSB, PDT e PT) elegeram, sucessivamente, para a prefeitura de São Luís, Jackson Lago (1989/1992), Conceição Andrade(1993/1996) e, novamente em 1998, Jackson Lago.

O grupo Sarney passava a conviver com o espectro da “perda de hegemonia” (principalmente eleitoral). A disputa para o governo do estado em 1994 ocorreu dentro de um clima de tensão. De um lado, a candidatura de Roseana Sarney ( Frente Popular). No campo da oposição, Eptácio Cafeteira (União pelo Maranhão) e a Frente Ética (Jackson Lago). No segundo turno, a disputa ficou polarizada entre as candidaturas de Roseana e Cafeteira, resultando em uma vitória apertada da primeira. Esse quadro sofreu alteração em 1998, com a reeleição de Roseana (por uma ampla maioria de votos), consolidando-se o governo do “Novo Tempo”.

Na análise desse processo é importante perceber que o Maranhão é parte constitutiva de uma totalidade: a sociedade brasileira com seus vínculos de dependência externa e de subordinação ao capitalismo internacional. Isso significa que existe uma precisa articulação entre o local, o nacional e o transnacional e o “elo construído entre essas instâncias permite verificar... o modo como as políticas da esfera local garantem a realização dos interesses do capital transnacional”( Ilse gomes ). Os interesses do capital se distribuem e se movem no âmbito dessas esferas ainda que de forma diferenciadas.

Vários estudos indicam que as políticas de integração nacional empreendidas pelo governo federal foram decisivas para consolidação de um modelo de desenvolvimento profundamente excludente no Maranhão. O projeto Grande Carajás é um bom exemplo da posição do Estado na condução de mediador dos interesses de grandes grupos nacionais e transnacionais. Segundo Feitosa (1994), este foi um dos fatores que contribuíram para que o Maranhão chegasse na década de 1990 com o agravamento do seu quadro social.

## **O “Novo Tempo” do Maranhão**

No início da década de 1990, como já foi mencionado, as dissidências no interior do grupo Sarney lhe produziram um forte desgaste político. A variante local do neoliberalismo, representada pela candidatura de Roseana Sarney ao governo do Estado esteve pela primeira vez ameaçada. De um lado, a oposição conservadora de Cafeteira (PPB) que se legitimou na política maranhense sustentado, principalmente, pela imagem de inimigo histórico de José Sarney. Do outro, o fortalecimento do campo democrático popular (PT e PDT). Contudo, Roseana conseguiu se eleger com 47% - numa vitória apertada no segundo turno.

Em 1998, esse quadro foi modificado e, para seu segundo mandato, Roseana reelegeu-se com 70% dos votos válidos - numa vitória eleitoral que em grande medida foi responsável pelo deslanche de um novo ciclo de dominação política. A vitória de Roseana fora apresentada pelos meios de comunicação como o triunfo do “novo” contra o velho. Era o Maranhão dos “Novos Tempos”, de Roseana Sarney, em continuidade ao “Maranhão Novo”, de José Sarney. Esse quadro de renovação permitiu à governadora cooptar, inclusive, setores historicamente identificados com a esquerda (PC do B e PSB).

O governo do "Novo Tempo" agregou os elementos econômicos políticos e ideológicos da política neoliberal, articulando-se ao novo padrão de dominação desenvolvido no Brasil, para cuja implementação foram importantes as políticas iniciadas no governo Collor e aprofundadas no governo de Cardoso (1994 e 1998). Protagonizando o “Novo Tempo”, o governo de Roseana Sarney seguiu estritamente o receituário da política desenvolvida no âmbito federal. O êxito na aplicação dessa política rendeu inclusive aplausos do Presidente da República à forma racional (leia-se neoliberal) de condução da chamada Reforma do Estado.

De fato, a variante local do neoliberalismo, a partir de 1994, inaugurou um “novo tempo”. Para os trabalhadores, representou arrocho salarial (justificado pela chamada estabilidade monetária), precarização (perda de direitos trabalhista e o aumento da informalidade) e desemprego massivo. Mesmo assim, a administração de Roseana Sarney aparece, na imprensa local e nacional, identificada com o “novo”. A privatização e a racionalidade da gestão estatal constituíram-se no lado racional de seu governo, porque evita o desperdício e aloca eficazmente os recursos públicos e humanos. Foi esta a justificativa para as sucessivas privatizações de empresas estatais.

Tal discurso, obviamente, encobre o lado perverso dessa política. Apela-se para a identidade regional afirmando que "o Maranhão será, mais uma vez, como tem sido nos últimos quatro anos, um modelo para o Brasil em matéria não só de administração, mas de desenvolvimento" (Maranhão, 1998). Contrastando com o discurso governamental, os dados do IBGE indicam, em

1996, uma taxa de mortalidade infantil de 65,9%, seguido de perto pelos índices de analfabetismo (68,88%). Por outro lado, o latifúndio, base social, sobre a qual se firmam as oligarquias locais, impera em meio a uma estrutura essencialmente agrícola.

Segundo a Comissão Pastoral da Terra, os conflitos agrários são crescentes no Estado. Registro da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Maranhão – FETAEMA – indica, em 1999, 58 ameaças de morte, 356 atos de despejos judiciais, 43 prisões e 8 assassinatos, envolvendo 39 municípios e 3.947 famílias maranhenses. Estes indicadores questionam o discurso oficial da existência de uma paz no campo e demonstram que os problemas estruturais continuam a exigir soluções imediatas.

Assim, enquanto José Sarney, com o projeto “Maranhão Novo”, adotou um programa econômico para o Maranhão, integrado às necessidades da expansão do capital monopolista no âmbito nacional, “realizando uma reforma administrativa para ‘modernizar’ o aparelho estatal e desenvolver a economia maranhense. (Heluy, 1990, Costa, 1997, Gonçalves, 2000), Roseana Sarney redimensionou a velha prática clientelista de modo adaptar o seu governo às exigências da agenda das reformas neoliberais. Nesse sentido, buscou o apoio da população mediante a criação de novos mecanismos de poder, dentre os quais se destaca a reedição do discurso da “modernização”. As reformas neoliberais seriam o caminho inexorável para inserir o Maranhão no mundo “globalizado”.

### **Uma consideração sobre o cenário estadual**

O novo cenário em que se realizaram as eleições de 2002 foi de esgotamento das políticas neoliberais no Brasil. Isso se refletiu no crescimento das candidaturas de oposição, notadamente a de Luís Inácio Lula da Silva, que chegou ao segundo turno das eleições presidenciais com grandes possibilidades de vencer o candidato do governo, representado por José Serra (PSDB). Paralelamente assistiu-se nas regiões Norte e Nordeste a um profundo desgaste das forças oligárquicas (Bahia, Pará, Alagoas, Ceará, Piauí, Maranhão), que passam a sentir cada vez mais dificuldade em dar prosseguimento aos seus projetos políticos.

Aplicando-se uma análise mais rigorosa, percebe-se que, no Maranhão, a oligarquia Sarney está sob fogo cruzado (os sinais de crise são visíveis) se pensarmos na fraude eleitoral recorrentemente utilizada nos últimos pleitos ou ainda nos números expedidos pelo Tribunal Regional Eleitoral – TRE<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> Os dados do TRE mostraram os seguintes resultados no último pleito: para o Senado, Epitácio Cafeteira recebeu em São Luís 223.086 votos e Roseana, 193.791. Para governador, Jackson Lago recebeu, na capital, 211.958 votos e Zé Reinaldo, 132.644.

Vitoriosa nas urnas no primeiro turno das eleições para governo do Estado, a Coligação Maranhão sofreu sérias acusações de fraude eleitoral. O que não a impediu de, ao seguir em frente, recorrer a diversos expedientes para a manutenção do seu domínio político, inclusive se aproximando do candidato do PT, Luís Inácio Lula da Silva. Na carona da onda Lula, a oligarquia Sarney garantiu mais uma vez o discurso oposicionista, numa disputa eleitoral marcada pela descaracterização do Partido dos Trabalhadores, que teve de ceder em posições e princípios bastante caros à sua base política e ideológica original.

Evidentemente, o crescimento da Frente Trabalhista, representada, pela liderança política de Jackson Lago, colocou a “incerteza eleitoral” desde os primeiros embates da disputa para o governo do estado. Essa incerteza configurou-se como o traço mais visível do processo eleitoral no Maranhão em 2002. Porém não definiu a vitória do candidato da oposição.

O resultado final proclamado pelo TRE apontou a vitória de Zé Reinaldo, embora amplamente questionada. O único jornal de oposição no Estado, o *Jornal Pequeno*, em um de seus editoriais de domingo, intitulado “Vitória com defeitos”, responde ao artigo de José Sarney, publicado no jornal *O Estado do Maranhão* do dia 20 /10 / 2002, no qual saúda o desempenho eleitoral do seu grupo como uma “Vitória sem defeito”.

Contra as argumentações de Sarney, o editorial de o *pequeno*, expõe as evidências da fraude do pleito eleitoral do dia 03 /10 2002. “A vitória do grupo Sarney deve-se aos grotões – pequenos municípios – e aos abusos de poder econômico (...). O mais grave deles foi o transporte de dinheiro por pessoa que não estava credenciada pelo comitê de campanha da coligação *O Maranhão segue em frente* num avião fretado por um oficial da PM integrante do gabinete militar de Zé Reinaldo em total desobediência à legislação eleitoral que determina que a movimentação financeira de campanha eleitoral deve ser feita por sistema bancário através de cheque nominal”.

Também é importante lembrar que, nesta disputa, o velho clientelismo se fortaleceu alimentado pela ampliação da miséria social. Nos municípios menores, o voto de cabresto foi a regra. Os meios de comunicação também foram acionados por aqueles que os detêm, traçando um quadro em que o debate de projetos políticos ficou subsumido pela manipulação ideológica das massas populares, ameaçando o patamar da democracia representativa conquistada pelos movimentos sociais e democráticos.

Por outro lado, a posição do Partido dos Trabalhadores (PT) para a consolidação da derrota eleitoral da oligarquia foi passiva, ou seja, freada por

---

A diferença em favor do último foi tirada em pequenos municípios, onde os sinais de fraude foram visíveis.

uma programática nacional em que prevaleceu, em termos absolutos, a perspectiva da vitória eleitoral de Lula para a Presidência da República. Contudo, é preciso não esquecer que o apoio de José Sarney e de seu grupo trouxe para a esquerda maranhense (particularmente o PT) graves implicações políticas, pois ela, com algumas exceções, sempre se definiu pela contraposição a esta oligarquia.

Apesar da resistência de setores do Partido dos Trabalhadores, o que se vem presenciando é aproximação do grupo Sarney com o PT maranhense (particularmente da sua direção regional), com o primeiro reivindicando para si o que julga ter direito pelo apoio dado a candidatura de Luís Inácio Lula da Silva.

Se a palavra de ordem foi ganhar a eleição presidencial, deixando de lado questões políticas de fundo, como o combate à oligarquia Sarney, cabe a pergunta: como caminhará o PT do Maranhão daqui pra frente? Eis uma daquelas questões que, se antes puderam ser adiadas, agora, o partido terá de enfrentar. Isto se quiser manter a sua “velha chama” de partido de esquerda, voltado para uma luta que, sem conciliar com as oligarquias e o grande capital, abra caminho para profundas transformações sociais.

### **Bibliografia**

- ALMEIDA, Lúcio Flávio (2001). “De JK a FHC: apontamento para análise das lutas sociais no Brasil contemporâneo”. In: RAMPINELLI, Waldir e OURIQUES, Nildo (orgs). *No fio da Navalha: crítica das reformas neoliberais de FHC*. São Paulo, Xamã.
- BARBOSA, Zulene (2001). *Maranhão, Brasil: lutas de classes e reestruturação produtiva em uma nova rodada de transnacionalização do capitalismo*. Tese de doutorado. São Paulo, PUC/SP.
- CALDEIRA, José Ribamar (1976). “As eleições de 1974 no Maranhão”. *Revista brasileira de estudos políticos*. Belo Horizonte, UFMG.
- COSTA, Wagner Cabra (1997) *Do “Maranhão Novo” ao “Novo Tempo”: A trajetória da Oligarquia Sarney* (Mimeog.).
- DASMACENO, Eunice (1996) *Políticas governamentais e Clientelismo político : o caso SEDESCT*. Dissertação de mestrado. UFMA.
- GOMES, Ilse (2001) *Participação popular e reforma do Estado brasileiro: tensões e contradições*. Tese de Doutorado. São Paulo, PUC /SP.